

O Capital de Piketty: Teoria Errada / Programa Destrutivo – Parte II*

*George Reisman***

Resumo: O autor coloca a nu os flagrantes equívocos de Piketty, entre os quais ressalta que não é uma preferência temporal em queda contínua o que mantém a poupança líquida e o investimento líquido, mas sim o aumento na quantidade de dinheiro e no volume de gastos. Argumenta que a preferência temporal pode permanecer a mesma por tempo indeterminado enquanto a poupança líquida e o investimento líquido seguem continuamente ao lado da preferência temporal inalterada, simplesmente porque o aumento na quantidade de dinheiro e no volume de gastos está aumentando os rendimentos em dinheiro. Mostra que Piketty, ao sugerir impedir a acumulação de capital por meio de alíquotas de imposto de renda da grandeza de 80%, está propondo na verdade a destruição do capital acumulado, tributando-o à elevada taxa de 10% ao ano.

Palavras-Chave: Thomas Piketty, Capital, Poupança, Desigualdade.

Piketty's Capital: Wrong Theory / Destructive Program – Part II

Abstract: The author exposes the blatant misconceptions of Piketty, among which he points out that what keeps the net savings and net investment it is not a time preference in continual decline and, but instead the increase in the quantity of money and the in volume of spending. He argues that the time preference may indefinitely remain unaltered while net savings and net investment continuously follow along the unchanged time preference, simply because the increase in the quantity of money and in the volume of spending is increasing the cash income. He shows that Piketty, by suggesting to prevent the accumulation of capital through income tax rates of the magnitude of 80%, is actually proposing the destruction of the accumulated capital, by taxing it to the high rate of 10% per year.

Keywords: Thomas Piketty, Capital, Savings, Inequality.

Classificação JEL: O4, E11, E22

* A primeira parte do texto foi publicada na edição anterior (Vol. 2, No. II) de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.

Traduzido do original em inglês para o português por Evelyn Lima.

** **George Reisman** nasceu em 13 de janeiro de 1937, na cidade de New York, nos EUA. É professor emérito de Economia, nas áreas de Macroeconomia e Microeconomia, da Graziadio School of Business and Management na Pepperdine University, em Malibu na Califórnia, e pesquisador adjunto do Ludwig von Mises Institute, em Auburn no Alabama. Cursou A.B. no Columbia College, bem como o M.B.A. e o Ph.D. em Economia na New York University (NYU), sob a orientação do economista austríaco Ludwig von Mises (1881-1973), tendo elaborado a dissertação de mestrado *The Classical Economists and the Austrians on Value and Cost* e a tese de doutorado *The Theory of Aggregate Profit and the Average Rate of Profit*. Escreveu diversos artigos publicados em diferentes periódicos acadêmicos, além de ser autor dos livros *The Government Against the Economy* (Caroline House, 1979) e *Capitalism: A Treatise on Economics* (Jameson Books, 1996).

E-mail: george.reisman@pepperdine.edu

X - DESVENDANDO AS CONFUSÕES DE PIKETTY: O AUMENTO NA QUANTIDADE DE DINHEIRO COMO A CAUSA DA POUPANÇA LÍQUIDA E O INVESTIMENTO LÍQUIDO CONTÍNUOS¹

A discussão anterior implica que a preferência temporal impõe limites sobre a poupança e a grandeza da relação capital/renda. É necessário conciliar essa verdade com o fato observável que, quase todos os anos, mais poupança líquida e investimento líquido ocorrem e, como resultado, o valor global do capital acumulado continua a aumentar.

A conciliação é simples. Acréscimos contínuos na poupança líquida e no investimento líquido, e os consequentes aumentos contínuos no valor do capital acumulado, são o resultado de *aumentos contínuos na quantidade de dinheiro e no volume de gastos* do sistema econômico. O aumento dos gastos eleva lucros e salários. Os lucros são aumentados acima do nível de consumo ditado pela preferência temporal e o capital acumulado anteriormente. Todo ou quase todo o aumento é poupado e investido, a fim de manter a relação entre capital e consumo imposta pela preferência temporal, tal como no exemplo dado anteriormente do capitalista cuja taxa de lucro aumentou de 4% para 10% sobre sua fortuna de US\$ 100 milhões. Da mesma forma, o aumento dos salários eleva a renda dos assalariados em relação a suas provisões pré-existentes para o futuro na forma de poupança acumulada. Se desejarem manter a mesma relação entre os seus rendimentos agora mais elevados e sua poupança, precisam aumentar suas poupanças acumuladas, o que exige que se dediquem a poupar parte de sua renda.

Logo, não é uma preferência temporal perpetuamente em queda o que mantém a poupança líquida e o investimento líquido,

mas o aumento na quantidade de dinheiro e no volume de gastos. A preferência temporal pode permanecer a mesma por tempo indeterminado enquanto a poupança líquida e o investimento líquido seguem continuamente ao lado da preferência temporal inalterada, simplesmente porque o aumento na quantidade de dinheiro e no volume de gastos está aumentando os rendimentos em dinheiro.

Isto, é claro, não significa que inundar o sistema econômico com dinheiro novo resultaria em um aumento maciço da taxa de poupança. Na medida em que o poder de compra do dinheiro seria ameaçado por tal política, seu resultado poderia perfeitamente ser uma redução da poupança em termos deste dinheiro, conforme as pessoas perdessem o seu desejo de guardá-lo ou celebrar contratos pagáveis com ele.

Piketty raciocina de trás para frente quando supõe uma taxa positiva de poupança que seja tanto permanente quanto independente da taxa de crescimento. O crescimento – isto é, no presente contexto, o crescimento na quantidade de dinheiro e no volume de gastos do sistema econômico e, consequentemente, nos rendimentos em dinheiro – é o responsável pela existência sustentável de poupança líquida e investimento líquido. Pare o aumento na quantidade de dinheiro e no volume de gastos, e a poupança líquida e o investimento líquido em termos monetários chegarão ao fim, assim como aconteceu no exemplo acima dos capitalistas que reduziram sua despesa de consumo em 100 e aumentaram suas despesas com bens de capital e trabalho nesse montante.

X.1 - O colapso da suposta “Segunda lei fundamental do capitalismo” de Piketty

A taxa de poupança não é uma variável fixa independente de longo prazo em busca de crescimento sem causa e fortuito. Pelo contrário, o aumento na quantidade de dinheiro (e o consequente aumento da renda monetária) é a variável independente que exige poupar parte da renda a fim de manter qualquer

¹ Os conceitos discutidos nesta seção são elaborados e aplicados em REISMAN, George. **Capitalism: A Treatise on Economics**. Chicago: Jameson Books, 1996. Ver, em particular, os capítulos 11, 12 e 15-18.

relação capital/renda dada. Para reverter um exemplo que Piketty usa, uma taxa de crescimento de 2% em termos de renda monetária é que requer uma taxa de poupança de 12% se a razão capital/renda de 6 tiver de ser mantida. Não é de forma alguma verdade que o ponto de partida seja uma taxa de poupança de 12% que conduziria a uma razão de capital/renda infinita na ausência de um crescimento fortuito da renda².

Assim, a suposta “Segunda lei fundamental do capitalismo: $\beta = s / g$ ”, de Piketty, ou seja, sua proposição de que a relação capital/renda tende a se igualar à taxa de poupança (s) dividida pela taxa de crescimento (g), entra em colapso³. Isto acontece, em primeiro lugar, porque, na ausência de aumentos na quantidade de dinheiro e no volume de gastos, os valores de longo prazo necessários tanto para s quanto g em termos monetários são zero, enquanto o valor da razão capital/renda de longo prazo é uma constante determinada pelo estado da preferência temporal. Em segundo lugar, porque, na presença de aumentos na quantidade de dinheiro e no volume de gastos, é o valor de g (aqui, a taxa de crescimento da quantidade de dinheiro e do volume de gastos), juntamente à relação entre capital e consumo determinada pelo estado predominante de preferência temporal, que determina s . Mais uma vez, s não é uma variável fixa, independente. É o produto do aumento da quantidade de dinheiro e do volume de gasto em conjunção com o estado atual da preferência temporal tal qual manifestada na proporção de capital para consumo.

X.2 - A conexão entre lucro e Investimento Líquido: O investimento líquido/componente monetário do lucro

Para reforçar o reconhecimento do papel da oferta de dinheiro na existência sustentável de poupança líquida e investimento líquido,

² PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca: 2014. p. 165.

³ Idem. *Ibidem*.

deve-se perceber que o aumento na quantidade de dinheiro e no volume de gastos opera sistematicamente para adicionar somas equivalentes tanto à quantidade de lucro quanto à quantidade de investimento líquido no sistema econômico. Quando para, estes incrementos cedo ou tarde cessam.

O lucro é composto de receitas menos custos. Lucro agregado é a diferença entre o total de todas as receitas de vendas no sistema econômico e o total de todos os custos de produção deduzidos dos rendimentos de vendas. O investimento líquido é a diferença entre os *gastos produtivos* e *estes mesmos custos*.

Gasto produtivo é o gasto que as firmas realizam com bens de capital e trabalho. Estes gastos constituem acréscimos aos ativos de capital das empresas na medida em que assumem a forma quer de despesas com edifícios, instalações e equipamentos ou despesas com a conta de estoque e trabalhos em andamento. Os custos de produção na forma de custos de depreciação e custos dos produtos vendidos representam subtrações dos ativos de capital das empresas. A diferença entre os acréscimos constituídos por gastos produtivos e as subtrações constituídas por custos de produção é a variação líquida desses ativos, ou seja, o investimento líquido⁴.

Na presença de uma quantidade crescente de dinheiro e volume de gastos, os custos de produção necessariamente ficam atrás das despesas produtivas. Isto é o que perpetua a existência do investimento líquido. Os custos de produção refletem os níveis mais baixos de gastos produtivos feitos em períodos anteriores. Os gastos produtivos de hoje são maiores do que os do ano passado, e os do próximo ano serão ainda maiores. Os custos, refletindo os gastos produtivos menores de anos anteriores, não podem alcançar o gasto produtivo atual, quando esta despesa está aumentando.

⁴ Gastos produtivos que constituem despesas gerais, com vendas ou administrativas não são acréscimos aos estoques de capital das empresas. São custos a ser deduzidos das receitas de vendas imediatamente. Quando subtraídos do gasto produtivo, resultam em zero.

O montante dos lucros no sistema econômico reflete a quantidade de investimento líquido praticamente em dólar por dólar. Isto ocorre não só porque os subtraendos – isto é, os custos de produção que são deduzidos – são os mesmos em ambos os casos. Mas também os minuendos, isto é, em um caso, o valor das receitas de vendas e, no outro, a quantidade de gasto produtivo, não são muito diferentes. Um dos componentes do gasto produtivo são as despesas com bens de capital. Essa despesa é também um componente idêntico de receitas de vendas. O que uma empresa gasta na compra de bens de capital, outras empresas recebem equivalentemente ao vender estes bens. Por exemplo, o que a Ford gasta com bens de capital na compra de chapas de aço, os vendedores de chapas de aço recebem como receitas de vendas.

O outro componente do gasto produtivo, é claro, são os pagamentos de salários. Não é de todo errado supor que esses pagamentos salariais aparecem como a principal fonte do componente restante das receitas de vendas, que são os fundos trazidos da venda de bens de consumo. Assim, na medida em que as despesas produtivas superam os custos de produção, gerando desta forma o investimento líquido, as receitas de vendas geradas por esse gasto produtivo excedem estes custos de produção no mesmo montante. Portanto, o volume de lucros no sistema econômico reflete a quantidade de investimento líquido⁵.

⁵ Devo salientar aqui que o gasto produtivo, e não o gasto com consumo, é a forma principal de gastos no sistema econômico, e que isto é possível graças à poupança de parte da receita de vendas. O gasto produtivo está presente sem redução mesmo quando o investimento líquido e a poupança líquida são zero, e de fato, mesmo quando são negativos. O papel do gasto produtivo é obscurecido pelo fato de que aparece em conjunção com o investimento líquido, que, é claro, é a diferença entre ele e os custos deduzidos dele. O conceito de gasto produtivo não aparece na economia contemporânea, a qual alega que o gasto com consumo é a forma principal de gasto e que reconhecer a existência do gasto produtivo é um erro, o suposto erro de “dupla contagem”.

X.3 - O componente do consumo líquido nos lucros

No entanto, as receitas de vendas são superiores aos custos de produção. Uma vez que, como mostrado, as despesas com bens de capital são um componente tanto das receitas de vendas quanto das despesas produtivas, o excedente das receitas de vendas em relação às despesas produtivas se reduz à diferença entre os demais componentes das receitas de vendas e estas despesas. Ou seja, é igual ao montante em que as receitas de vendas constituídas por despesas de consumo ultrapassam os salários pagos pelas empresas e, em seguida, consumidos pelos trabalhadores que os recebem.

A fonte deste excedente são os gastos de empresários e capitalistas com consumo, financiados por meios tais como dividendos e pagamentos de juros e a utilização de fundos de suas empresas por parceiros e sociedades unipessoais. Chamo isso de excedente do *consumo líquido*⁶.

X.4 - A identidade renda líquida nacional/ produto líquido nacional

Como podemos aprender com praticamente qualquer livro de “macroeconomia”, a renda nacional, além de ser igual à soma do lucro e dos salários, também é a soma do consumo e do investimento líquido, ou seja, o produto nacional líquido. (O produto nacional líquido difere do PIB, essencialmente, apenas pela subtração da depreciação a partir do último.)

A verdadeira razão para esta identidade é simplesmente uma mudança na ordem em que os subcomponentes de receitas/despesas

⁶ Uma vez que a taxa de lucros é igual ao volume de lucros dividido pelo volume de capital, e o volume de lucros é igual à soma do consumo e o investimento líquido, a taxa de lucros pode ser expressa como a soma das taxas de consumo e investimento líquidos, isto é, a soma do volume de consumo líquido dividido pelo volume de capital mais o volume de investimento líquido dividido pelo volume de capital.

que constituem a renda nacional e o produto nacional líquido são adicionados. Para obter a renda nacional, são adicionados por tipo de receita. Para obter o produto nacional líquido, são adicionados por tipo de despesa. Assim, no caso da renda nacional, as receitas de vendas incluem receitas tanto da venda de bens de consumo quanto da venda de bens de capital. Os salários incluem os salários pagos pelos consumidores (principalmente o governo) mais os salários pagos pelas empresas. No caso do produto nacional líquido, as receitas de vendas pagas pelos consumidores são adicionadas aos salários pagos pelos consumidores para obter o consumo, enquanto os salários pagos pelas empresas são adicionados às despesas com bens de capital para obter os gastos produtivos. No caso da renda nacional, os custos são subtraídos das receitas de vendas. No produto nacional líquido, são subtraídos do gasto produtivo.

X.5 - Reduções do Consumo

Na ausência prolongada de aumentos na quantidade de dinheiro e no volume de gastos e, portanto, com o desaparecimento do investimento líquido, a quantidade de lucro no sistema econômico se iguala ao nível de consumo líquido. Ao mesmo tempo, com o investimento líquido igual a zero, o rendimento nacional é reduzido à igualdade com o consumo. Com a renda nacional igual ao consumo, não há poupança.

Assim, um ponto principal desta seção é comprovado. A existência prolongada da poupança líquida e do investimento líquido é o resultado de uma quantidade crescente de dinheiro e do volume de gastos. A poupança e o investimento prolongados indefinidamente que deveriam aumentar as razões de capital/renda de forma ilimitada, com os quais Piketty está preocupado, simplesmente não existem. São interrompidos pela preferência temporal. A poupança e o investimento prolongados indefinidamente que existem são o produto do aumento da quantidade de dinheiro e do volume de gastos. Operam

apenas no sentido de restabelecer a razão de capital/renda de longo prazo correspondente ao grau de preferência temporal, e isso existiria na ausência de novos aumentos na quantidade de dinheiro. Não opera perpetuamente para aumentar essa proporção. De fato, como mostrado, a poupança que ocorre como resultado de aumentos na quantidade de dinheiro existe em um contexto em que o aumento resultante nos lucros e salários serve para reduzir a razão capital/renda⁷.

X.6 - O componente monetário da taxa de lucro não precisa significar inflação

Precisa ser observado que o componente monetário/do investimento líquido do lucro e da taxa de lucro não é, de forma alguma, necessariamente um índice de inflação. (A inflação deve ser pensada não como um aumento na quantidade de dinheiro, mas apenas como um aumento mais rápido do que o aumento da oferta de ouro/prata). Sob o capitalismo e um padrão-ouro, o aumento na quantidade de dinheiro e no volume de gastos seria bastante modesto, e o aumento na produção e na oferta de bens poderia facilmente igualar-se a ele ou, na verdade, ultrapassá-lo, como ocorreu ao longo do século XIX. Neste caso, o aumento da quantidade de dinheiro e o volume de despesas não resultariam em um aumento dos preços e poderia, na verdade, ser acompanhado por uma queda nos preços, como também foi o caso neste século. Mas em qualquer medida que este aumento existisse, ainda figuraria na taxa de lucros. Haveria ainda um componente monetário/de investimento líquido⁸.

⁷ Ver, acima, os últimos quatro parágrafos da discussão no texto sob o título "Preferência temporal versus o aumento ilimitado na relação capital/renda de Piketty".

⁸ Esta discussão mostra que uma queda nos preços causada por um aumento na produção pode existir paralelamente a uma taxa de lucros positivamente elevada em virtude de crescentes quantidades de dinheiro e volume de gastos. É claramente ilegítimo descrever tal queda de preços como "deflação". Sobre este assunto, ver REISMAN. *Capitalism: A Treatise on*

Deve restar evidente que, enquanto a taxa de lucros expressa em dinheiro contém um componente importante determinado por nada mais do que a taxa de aumento da quantidade de dinheiro e do volume de gastos, a taxa real de lucro, ou seja, a taxa que reflete o nível de ganhos em termos de poder de compra, contém um elemento igual à taxa de aumento da produção e do fornecimento de bens. Se a taxa de aumento da produção e da oferta for igual ou superior à taxa de aumento do dinheiro e dos gastos, os preços permanecem estáveis ou caem, resultando em que o lucro monetário adicional seja também um lucro adicional real. Sob o capitalismo e um padrão-ouro, o componente monetário da taxa de lucros quase certamente representa um lucro real, e muito provavelmente é minimizado à medida que os preços caem.

Uma vez que a taxa real de lucros consiste no aumento da produção, é óbvio que beneficia a todos, e de maneira nenhuma apenas aos capitalistas. A maior parte do ganho monetário dos capitalistas aqui é meramente uma espécie de *marcador*, no sentido de um aumento da riqueza destinada a satisfazer às necessidades dos consumidores e servir à produção para o futuro. Além disso, como mostrado, quanto mais os capitalistas reduzem seu consumo a fim de poupar e investir, maior é a parcela do aumento da oferta de bens de consumo produzidos que vai para os assalariados.

X.7 - Por que a poupança no mundo real não é acompanhada por uma queda na taxa de lucro

O fato de que o aumento da quantidade de dinheiro e do volume de gastos no sistema econômico é responsável tanto pela continuidade da existência da poupança líquida quanto pela adição de um componente positivo correspondente à taxa de lucro explica por que a poupança que se realiza no mundo real não é acompanhada por uma queda da taxa

de lucro. Em essência, tão logo a poupança é adicionada ao valor do capital acumulado e o investimento financiado por ela é adicionado aos custos totais de produção, o aumento contínuo na quantidade de dinheiro e no volume de gastos eleva ainda mais os gastos produtivos, as receitas de vendas e os lucros. Portanto, como escrevi em outra ocasião,

a poupança líquida que ocorre como um fenômeno contínuo e regular no sistema econômico é o que acompanha uma taxa de lucros que não é apenas reduzida em virtude da sua existência, mas na verdade é *elevada* em virtude da mesma causa que é a base de sua existência. Assim, na medida em que a poupança líquida continua existindo em sua maior parte, é acompanhada por uma taxa de lucros que é maior, e não menor, do que aquela que existiria na sua ausência. Com efeito, é precisamente a taxa de lucro mais elevada a fonte de maior parte da poupança líquida⁹.

Isso desbanca os temores de Karl Marx (1818-1883) e Piketty de que a poupança leve a taxa de retorno em direção a zero, representando, assim, um processo pelo qual os capitalistas “cavam suas próprias covas”.

X.8 - A tributação que reduz a poupança, e o investimento que aumenta lucros e reduz salários

Também é importante perceber que os lucros e juros no sistema econômico são artificialmente elevados em relação aos salários e remunerações em virtude de toda a intervenção do governo que impede a poupança e o investimento. Foi estabelecido que os fundos que são poupados e investidos aparecem cedo ou tarde nos balanços das firmas como custos de produção, reduzindo, assim, a proporção das receitas de vendas representada pelo lucro.

Segue-se que, na medida em que os impostos e os déficits orçamentários do go-

Economics, p. 537-580.

⁹ REISMAN. *Capitalism: A Treatise on Economics*, p. 836f.

verno servem para reduzir o volume de poupança e investimento no sistema econômico, também servem para reduzir os custos agregados de produção que devem ser deduzidos das receitas de vendas no cálculo dos lucros. Uma vez que as receitas totais das vendas permanecem as mesmas, na medida em que o aumento das despesas do governo com bens de consumo compensa tanto a queda nos gastos com bens de capital quanto a queda nos gastos de consumo dos assalariados resultante da redução dos salários pagos pela empresas, o efeito é um aumento equivalente no volume de lucros no sistema econômico e um aumento correspondente da taxa média de lucro. E, sendo os lucros que governam os juros, o nível e a taxa de juros também sobem.

X.9 - O programa de Piketty aumentaria o volume e a taxa de lucros

Segue-se ainda, do que foi exposto, que o programa de tributação confiscatória de renda e capital de Piketty é um programa para diminuir o pagamento de salários e os gastos com bens de capital, e, com isso, os custos de produção deduzidos das receitas de vendas e, portanto, para aumentar o nível e a taxa de lucros no sistema econômico. Trata-se também de um programa para reduzir progressivamente a oferta de bens de capital e, logo, a produtividade do trabalho, os salários reais e o padrão de vida geral.

X.10 - Para que os capitalistas causem os danos que Pikeety diz que causariam, teriam de fazer o exato oposto do que Piketty teme

Além disso, verifica-se que, para que os próprios capitalistas aumentassem a participação dos lucros e diminuíssem a participação dos salários na renda nacional, teriam de fazer exatamente o *oposto* do que Piketty teme que façam. Ou seja, não poupar e investir, mas *gastar e consumir*. Se a preferência temporal dos capitalistas aumentasse, e intensificassem suas despesas com consumo por meio do

uso de fundos disponibilizados por uma redução nas suas despesas com bens de capital e trabalho, os custos de produção deduzidos das receitas de venda cedo ou tarde cairiam na mesma medida, e os lucros aumentariam equivalentemente. É claro que, como resultado do maior gasto com bens de consumo em relação aos gastos com bens de capital, a produção de bens de consumo aumentaria em detrimento da produção de bens de capital. O outro resultado seria uma redução da capacidade de produção de bens, quer bens de consumo ou futuros bens de capital, devido à redução da oferta de bens de capital que seria causada pelas medidas que propõe.

Se a mudança na produção relativa de bens de capital e bens de consumo chegasse ao ponto em que a produção de bens de capital não fosse mais suficiente para substituir os bens a ser utilizados na produção, então a produção, incluindo o fornecimento de bens de capital produzidos, encolheria a cada ano. O sistema econômico seria atirado em um estado de retrocesso.

A verdadeira relação entre lucros e poupança foi entendida por Adam Smith (1723-1790), que escreveu:

Entretanto, a taxa de lucros não aumenta com a prosperidade, e cai com a ruína da sociedade, como acontece com aluguéis e salários. Ao contrário, essa taxa de lucro é naturalmente baixa em países ricos e alta em países pobres, sendo a mais alta, invariavelmente, nos países que caminham mais rapidamente para a ruína¹⁰.

Piketty busca ilustrar a verdade da proposição de Adam Smith pressionando substancialmente os Estados Unidos, e os países do resto do mundo que forem tolos o suficiente para adotar as políticas que recomenda, na direção de “caminhar mais rapidamente para a ruína”. Sabe tão pouco sobre a taxa de lucro e seus determinantes ao ponto de acreditar que, quanto maior for a diferença entre a taxa de lucro e a taxa de crescimento, maior é o pe-

¹⁰ SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. I, cap. XI, conclusão do Capítulo.

rigo representado pela poupança dos capitalistas¹¹. Na verdade, a implicação é exatamente o oposto, ou seja, um nível de consumo tão alto e um nível de poupança e investimento tão baixo por part dos capitalistas que o crescimento não pode acontecer e é substituído pelo declínio econômico.

XI - CONTRA PIKETTY: EM DEFESA DA DESIGUALDADE DE RENDA DE 1000:1

A crítica de Piketty não estaria completa sem lidar com sua hostilidade à alta remuneração de CEOs e outros executivos-chave de empresas comerciais¹².

Em 2012, a renda média nos Estados Unidos era de aproximadamente 51 mil dólares. Naquele ano, seis CEOs ganharam mais de US\$ 51 milhões, ou seja, 1.000 vezes mais. Piketty acredita ser extremamente injusto que um executivo ganhe 100 vezes a renda média¹³.

Não perderei tempo aqui justificando desigualdades de 100 para 1. Em vez disso, justificarei imediatamente desigualdades de 1.000 para 1 conforme representadas pelos ganhos dos CEOs mais bem pagos do país.

Estes CEOs são responsáveis por dirigir o trabalho de dezenas de milhares de trabalhadores e o uso de dezenas de bilhões de dólares de capital. Decidem o que esses trabalhadores produzem e como produzi-lo. Assim, suas decisões têm enormes consequências. É razoável que sejam remunerados em uma escala compatível com a escala de suas decisões. Uma renda de 50 milhões de dólares para um CEO é apenas 1% de 5 bilhões de dólares em capital ou 5 bilhões em receitas de vendas, e o capital e as receitas de vendas pelos quais são responsáveis são, na realidade, muito maiores. Agentes financeiros rotineiramente ganham uma porcentagem maior do capital que gerenciam. Corretores imobiliários geralmente retém 6%

do preço das casas que vendem. A uma taxa de remuneração de apenas 1%, e na verdade, menos que isso, e considerando que os volumes de capital e receitas de vendas realmente envolvidos são maiores que US\$ 5 bilhões, esses CEOs são, possivelmente, mal pagos.

Mais importante do que isto, é essencial que o poder de tomada de decisão dos CEOs seja guiado pela grande participação acionária que possuem nas empresas que dirigem. Para trabalhar adequadamente, precisam ser motivados não só pelo desejo de obter lucros, mas também pelo desejo de evitar prejuízos. A fim de experimentar esse desejo, que tem de ser experimentado, precisam ter uma grande participação acionária nas empresas que operam. Os altos rendimentos que recebem são os meios de adquirir esta referida participação. Normalmente, muito ou a maior parte do seu rendimento é pago a eles sob forma de ações ou opções de comprar ações da empresa.

Ironicamente, com CEOs e outros executivos-chave ganhando rendimentos extremamente elevados, o capitalismo opera para realizar algo que, pode-se pensar, os alegados defensores dos direitos dos trabalhadores e da "justiça social" apoiam. A saber, realiza a transferência de uma parte significativa da propriedade dos meios de produção de capitalistas relativamente passivos para os trabalhadores que estão executando o real trabalho de operar as empresas, ou seja, aqueles trabalhadores que estão fornecendo a inteligência global, orientadora e diretora das operações das empresas, e que, como um justo pagamento, agora se tornam capitalistas expressivos. É claro que, como resultado dos poderosos incentivos à posse dispensados àqueles que dirigem as empresas, os capitalistas passivos podem esperar sair-se melhor do que se sairiam de outra forma.

Ao tornar possível a aquisição de uma participação acionária substancial em suas empresas, os altos rendimentos dos CEOs e outros executivos-chave resolvem outro problema há muito lamentado pela esquerda. Ou seja, a suposta separação entre propriedade e controle, um problema citado já em 1932 por Berle

¹¹ PIKETTY. *O Capital no Século XXI*, p. 352.

¹² Idem. *Ibidem*, p. 282-283, 293-295 e 322-324.

¹³ Idem. *Ibidem*, p. 215.

e Means¹⁴. Na medida em que esse problema for real (e impostos confiscatórios de renda e herança operarem para torná-lo real), é resolvido pelos altos rendimentos dos executivos. Pois suas participações acionárias resultantes significam que a propriedade está sendo atribuída àqueles que tem seu controle.

Ainda, outra queixa dos críticos do capitalismo é resolvida, a saber, a suposta impossibilidade de iniciar novas empresas que exijam somas substanciais de capital, tais como uma nova empresa de automóveis. Os altos rendimentos dos executivos-chave, em grande parte poupados e investidos, poderiam fornecer o núcleo do capital necessário para tais investimentos. Por exemplo, dez ou vinte dos executivos principais de uma empresa automobilística existente poderiam estar em perfeitas condições de acumular várias centenas de milhões de dólares entre si ao longo dos anos e, assim, talvez com a ajuda de empréstimos bancários, ser de fato capazes de iniciar esta nova empresa. Suas acumulações teriam o máximo de segurança se não houvesse imposto de renda pessoal.

Finalmente, de acordo com a escala de suas atividades, de tempos em tempos os CEOs descobrem que os serviços dos milhares de trabalhadores que suas empresas empregam não são mais necessários. Este é o caso, por exemplo, quando os avanços na tecnologia e nos equipamentos torna possível atingir os mesmos resultados com menos trabalho. A economia desse trabalho excessivo é uma enorme contribuição produtiva não só do ponto de vista das empresas para as quais os CEOs trabalham e para os acionistas dessas empresas, mas também do ponto de vista do sistema econômico como um todo e o agente médio do sistema econômico, porque os trabalhadores que não são mais necessários para estas empresas estão agora disponíveis para contribuir com uma expansão global da produção no sistema econômico, quando forem empregados em ou-

tro lugar. Enquanto isso, os fundos que não são mais necessários para pagar seus salários estão disponíveis para pagar salários em outras partes do sistema econômico.

Estes CEOs certamente merecem ser bem recompensados por suas substanciais contribuições produtivas. Ao mesmo tempo, porém, os trabalhadores que demitiram ficarão temporariamente desempregados e em situação pior. Não há absolutamente nada injusto nisso. Os CEOs e seus antigos empregados não são membros de uma mesma família nuclear destinada a compartilhar momentos bons e ruins. São partes independentes, separadas, cada uma com auto-interesses distintos, mas com o auto-interesse comum de que todos sejam pacificamente livres para perseguir seus próprios interesses, e colocar esse princípio em prática serve para aumentar progressivamente o padrão de vida dos todos. Se e quando os trabalhadores demitidos tiverem sucesso em encontrar outros empregos que lhes paguem tanto quanto aqueles que perderam, serão beneficiados na qualidade de consumidores pela mesma inovação que os havia dispensado, pagando preços mais baixos. E certamente serão beneficiados por todas as outras inovações em economia de trabalho que sejam, tenham sido ou venham a ser realizadas em qualquer parte do sistema econômico. Ao aumentar a oferta de bens produzidos em relação à oferta de trabalho que os produz, reduzindo, assim, os preços em relação aos salários, essas melhorias são a base de todos os aumentos no padrão geral de vida que tenham ocorrido ou venham ocorrer¹⁵.

XII - CONTRA PIKETTY: O INTERESSE GERAL NA DESIGUALDADE DE RIQUEZA E RENDA

Quando o assunto é desigualdade econômica, Piketty vive no mundo dos romances

¹⁴ BERLE, Adolf & MEANS, Gardiner. **The Modern Corporation and Private Property**. New York: Transaction Publishers, 1932.

¹⁵ Para a elaboração desta discussão, ver REISMAN. **Capitalism: A Treatise on Economics**, p. 345-348.

do século XIX. Possui dezenas de referências aos romances de Jane Austen e Honoré de Balzac, em que o papel da riqueza herdada é proeminente. Acredita que o mundo destes romances seja o mundo do capitalismo, contrariando o fato de que, no país mais capitalista de todos, os Estados Unidos, as grandes fortunas de cada geração não tenham sido o produto de heranças, mas sim *produzidos* por aqueles que os possuíam. As fortunas de John Jacob Astor (1763-1848), Cornelius Vanderbilt (1794-1877), Andrew Carnegie (1835-1919), J. P. Morgan (1837-1913), John D. Rockefeller (1839-1937), Henry Ford (1863-1947), e, nos dias de hoje, Bill Gates e Warren Buffett, não foram herdadas. Foram *construídas* por estes homens. E a riqueza de seus herdeiros recua de forma constante em tamanho relativo quando aparecem os grandes inovadores da próxima geração e criam fortunas ainda maiores.

Piketty e o resto do movimento igualitário não sabem nada sobre a maneira como grandes fortunas são adquiridas sob o capitalismo, ou sua importância econômica. O fato é que são construídas por meio da obtenção de altas taxas de lucro por muitos anos, e da poupança e o reinvestimento da maior parte desses lucros. Isso é o que torna possíveis as taxas compostas de crescimento muito elevadas ao longo de muitos anos, que são necessárias para transformar investimentos iniciais relativamente modestos em grandes fortunas mais tarde.

Para obter essas altas taxas de lucro, importantes inovações são necessárias, mais notavelmente, a introdução de novos e melhores produtos ou métodos de produção mais eficientes e de custo mais baixo. E uma vez que uma alta taxa de lucro atrai concorrentes, cuja concorrência em seguida pressiona para baixo a taxa de lucros, em direção ao o nível geral ou médio, é quase sempre necessário que aqueles que pretendem obter grandes fortunas introduzam outras inovações, a fim de manter suas taxas de lucro elevadas. Em regra, é necessário que introduzam uma série de inovações ao longo do período de estabelecimento de suas fortunas.

E conforme os lucros são poupados e reinvestidos, o efeito é que as fortunas servem para levar o benefício das inovações até o público consumidor, pois são usados para produzir os bens que contém inovações. Assim, por exemplo, a fortuna de Rockefeller foi formada através de uma redução gradual no custo de produção e no preço dos produtos petrolíferos e do alargamento da gama de produtos fabricados com petróleo. Conforme sua fortuna crescia, era aplicada na construção de refinarias de petróleo, oleodutos e outros meios de produção que trouxeram uma oferta melhorada de produtos petrolíferos ao público consumidor geral, produzida mais eficientemente. Assim, tanto por sua origem nos lucros elevados quanto por sua disposição em investimentos de capital, sua fortuna trouxe imensos benefícios para o público consumidor.

O mesmo aconteceu com a grande fortuna de Henry Ford, que começou com um capital de US\$ 25.000 em 1903 e morreu com um capital de US\$ 1 bilhão em 1946. O que lhe trouxe sua fortuna foram grandes novidades, como a linha de montagem móvel e partes intercambiáveis produzidas em massa, além da capacidade de reduzir o custo de produção dos automóveis e melhorar sua qualidade ao ponto em que, na década de 1920, era possível obter, por US\$ 300, um automóvel muito melhor do que seria possível obter por US\$ 10.000 no início do século. Os lucros que Ford auferiu a partir de suas inovações foram, em sua maior parte, reinvestidos na Ford Motor Company, onde apareceram como fábricas, linhas de montagem, equipamentos e suprimentos necessários para produzir milhões de carros novos.

Mesmo que estas verdades sejam praticamente auto-evidentes, uma vez nomeadas, os igualitaristas não têm conhecimento delas. Tomam os produtos do capitalismo como algo dado, sem qualquer conhecimento sobre sua origem além do que Piketty demonstra quando imagina uma economia funcionando e, de fato, crescendo, sem o uso de qualquer

capital¹⁶. Com efeito, a verdade é que os igualitaristas veem o capital e os bens de capital como se fossem bens de consumo, ou seja, como mercadorias cujo benefício é atribuído exclusivamente a seus proprietários e que só poderiam beneficiar aqueles que não tem a sorte de possuí-los caso estes os adquirissem diretamente.

Os igualitaristas não reconhecem a simples verdade de que, em uma economia capitalista, não é necessário possuir capital ou bens de capital a fim de obter seu benefício. Tudo o que é necessário é que haja liberdade de *comprar os produtos*. Quem compra gasolina ou gásóleo de aquecimento, por exemplo, recebe o benefício das refinarias de petróleo e oleodutos. Quem compra ou aluga um automóvel recebe o benefício das fábricas de automóveis e usinas siderúrgicas. Sob o capitalismo e sua produção para o mercado, todo o mundo recebe o benefício do capital de propriedade de terceiros. As pessoas recebem esses benefícios quando compram os produtos destes capitais.

Além disso, estreitamente relacionado com este benefício do capital de propriedade privada para o público consumidor geral, está o fato de que o capital de propriedade privada é a fonte de demanda para o trabalho do cidadão médio. É a fonte tanto da oferta dos bens que compra quanto da demanda para o trabalho que vende. É essa demanda pelo trabalho dos não-proprietários dos meios de produção, é claro, que torna possíveis suas compras.

Assim, mesmo sem possuir pessoalmente quaisquer meios de produção, o cidadão médio da sociedade ainda recebe a maior parte do benefício da existência destes meios de produção. Recebe este benefício na qualidade de comprador de produtos e vendedor de trabalho.

Com certeza, é mais desejável ser um capitalista rico do que apenas um trabalhador médio. Mas a diferença real é muito menor do

que se pensa. Não é medida pelo volume de capital do capitalista ou pelo tamanho do seu lucro. A vantagem constituída por seu capital é quase inteiramente de natureza psicológica. É o conhecimento que está lá, se for necessário. Normalmente, seu capital não é para ser tocado, mas aumentado, e quando é movimentado, é quase sempre em uma quantia relativamente modesta.

Seu lucro também não é a medida de sua vantagem. Isto porque, na medida em que poupa e reinveste o seu lucro, este lucro, como o capital ao qual foi agora agregado, serve aos compradores dos produtos que vende e aos assalariados cujo trabalho compra. A vantagem real e perceptível de ser um capitalista rico é a medida em que isso lhe permite *consumir* mais do que a média das pessoas. Mas mesmo isso é um exagero do tamanho de seu benefício pessoal direto. Isto porque a maior parte do consumo de um capitalista rico provavelmente será de um tipo que também opera em benefício de um número mais ou menos expressivo de pessoas, muitas vezes incluindo toda a sociedade. Este é o caso, na medida em que o seu consumo toma formas tais como o financiamento de pesquisas científicas, universidades, bibliotecas, orquestras, companhias de ópera, hospitais, etc., coisas que podem ser de grande valor pessoal para um indivíduo, uma vez que esteja em condições de financiá-los. Assim como um diamante pode ser, e geralmente é, de maior valor pessoal do que um litro de água, quando já se tem toda a água necessária para qualquer finalidade, então o financiamento de tais coisas pode ser de maior valor pessoal do que qualquer item de consumo usual quando já se tem todos os itens comuns em grande abundância.

Desta forma, no fim, o resultado é que, em termos de consumo pessoal real e direto, a diferença entre ricos e pobres em um país capitalista, como os Estados Unidos, não é tão grande. Ambos têm alimentação, vestuário, abrigo, água encanada, energia elétrica, telefones, televisores, automóveis, geladeiras e afins. Os ricos têm mais e melhores destas coisas, mas os “pobres” tem o suficiente para

¹⁶ Veja, acima, a nota 9 e a discussão relacionada no texto.

serem considerados ricos em comparação à maioria das pessoas em outros países, e em relação a todas as pessoas, até mesmo as mais ricas do mundo, algumas gerações atrás. Graças ao capitalismo, uma pessoa “pobre” nos Estados Unidos, hoje, é mais rica em termos de bens disponíveis para si do que era a Rainha Vitória na virada do século XX. É mais rica em praticamente todos os aspectos, exceto a capacidade de pagar funcionários.

O ser humano médio não é capaz de fazer grandes inovações e construir novas indústrias ou revolucionar aquelas já existentes. Mas, vivendo em uma sociedade em que a propriedade privada é segura, receberá seus benefícios da mesma forma. Tudo de que precisa para obter seu benefício é ter inteligência e conhecimento suficientes para entender que seu bem-estar econômico depende de que aqueles que são mais capazes do que tenham liberdade para exercer pacificamente suas habilidades superiores. Precisa entender que não tem direito a qualquer dos bens daqueles que os abastecem e empregam, e que a apreensão da propriedade alheia em nome da “justiça social” e da “redistribuição da riqueza e da renda” não é nada além de roubo e não pode trazer mais benefícios do que uma multidão saqueando uma loja.

Cada membro desta turba pode agir sob a crença de que é “justo” tomar um ou dois itens da loja, que tem tantos itens, enquanto próprio tem tão poucos. Mas o efeito será de que, então, não haverá nenhuma loja, com o resultado de que todos terão muito menos do que, do contrário, teriam. Além disso, não faz diferença se, em vez de saquear a loja, os “distribuidores” façam o governo tributar a loja ou seus proprietários e distribuir o produto para aqueles que o teriam saqueado, e agora podem comprar o que teria sido roubado. Neste caso, a loja começou com o seu dinheiro e os seus bens, e termina apenas com o seu dinheiro. É exatamente como começaria e terminaria no caso de ser saqueada.

XIII - OS DADOS DE PIKETTY SÃO FUNDAMENTALMENTE FALHOS

Os dados de Piketty são falhos em quatro aspectos principais. Em primeiro lugar, como praticamente todos os outros que denunciam o crescimento da desigualdade econômica, dispensa reconhecimento insuficiente ao papel de apoio do Governo à expansão do crédito que inunda os mercados de ações e imobiliários, aumentando assim os preços de ações e imóveis. Uma vez que, na natureza do caso, estes ativos são de propriedade de pessoas ricas muito mais frequentemente do que de pessoas pobres, o efeito é um aumento correspondente na diferença entre suas posições econômicas.

Em segundo lugar, novamente, como praticamente todos os outros que denunciam a crescente desigualdade econômica, nunca se dispõe a discutir o grau de desigualdade *depois* do estouro de uma bolha no mercado de ações ou imobiliário, quando muitas das fortunas resultantes da expansão de crédito são eliminadas, e empresas de todo o sistema econômico sofrem reduções drásticas em seus lucros ou mesmo prejuízos, e as falências disparam.

Em terceiro lugar, e esta é uma falha ainda maior, suas estimativas sobre a quantidade de capital no sistema econômico são sistematicamente infladas por duas vezes. Isso porque inclui no capital a habitação própria, que descreve como equivalente a “metade da riqueza nacional total”. “*O capital imobiliário*”, diz, “*serve, em parte, para abrigar indivíduos*” (para produzir “serviços de moradia”, cujo valor é medido pelos aluguéis que remuneram a habitação)¹⁷.

Agora, de fato, a habitação própria é um bem de consumo, assim como automóveis, mobília ou eletrodomésticos próprios. Uma diferença essencial entre um bem de capital e um bem de consumo é que a compra do primeiro serve para trazer os recursos neces-

¹⁷ PIKETTY. *O Capital no Século XXI*, p. 53.

sários à sua manutenção e sua substituição final, juntamente a um lucro, que contribui para a capacidade de adquirir mercadorias.

Os bens de consumo, ao contrário, normalmente não captam recursos para viabilizar sua manutenção e substituição. Estes fundos devem vir de uma fonte distinta, tais como, normalmente, um emprego, a propriedade de uma empresa ou o recebimento de dividendos ou juros. Representam, portanto, uma utilização de recursos ao invés de ser uma fonte destes. É isso o que os torna bens de consumo.

Como mencionei anteriormente, o que faz com que a habitação pareça um bem de capital é a política governamental de inflação contínua da oferta de moeda. Isto aumenta sistematicamente os preços dos imóveis e leva as pessoas a acreditarem que a compra de uma casa passará a ser um investimento lucrativo quando a venderem.

Na realidade, apesar de a inflação fazer com que seja possível vender casas por mais do que se pagou por elas, o ganho monetário de longo prazo é normalmente insuficiente para compensar o aumento interventivo dos preços. Assim, por exemplo, imagine que, ao longo de um período de trinta anos, os preços, incluindo o preço de novas casas, triplique. Tudo o mais constante, o aumento do preço de uma casa de trinta anos de idade deve ser substancialmente menor do que o aumento do preço de uma casa nova, simplesmente por aquela possuir trinta anos de idade e ter sido submetida a maiores desgastes. Se seu preço tiver apenas dobrado, há uma perda de um terço do poder de compra.

É claro, o proprietário ainda pode ter um ganho real, se tiver financiado sua compra com uma hipoteca. Se, por exemplo, tomou emprestados, digamos, 80.000 dólares de um valor de compra de 100.000 dólares em 1984, em 2014 pode conseguir obter o dobro do seu investimento inicial após contabilizar o aumento dos preços. Ao vender sua casa por duas vezes seu preço de compra, seu patrimônio seria de 120 mil dólares, mesmo em face de uma dívida hipotecária inaltera-

da. Após contabilizar a triplicação dos preços, isso representaria o equivalente a 40.000 dólares de poder de compra no momento da transação.

Mas neste caso, o ganho do proprietário seria à custa de uma perda muito mais do que equivalente por parte do credor da hipoteca. O credor hipotecário, que começou com um poder de compra de US\$ 80.000, agora, depois de uma triplicação dos preços, tem um poder de compra de apenas um terço deste montante, ou seja, US\$ 26.667. Trata-se de uma perda de US\$ 53.333 dólares em poder de compra. Não só perdeu os US\$ 20.000 em poder de compra que o dono da casa ganhou, mas além disso, sofre a perda adicional de US\$ 33.333 que refletem a perda representada pela própria casa. Claramente, a compra da casa implica uma perda global, ou, mais corretamente, um consumo.

Em quarto e último lugar, classificar a habitação própria como um bem de capital leva à distorção de inventar uma receita auferida sobre o capital supostamente investido nesse bem. Este é o equivalente de aluguel que Piketty menciona. O que se implica aqui é imaginar que o proprietário aluga sua casa – dele próprio – à taxa corrente no mercado para o aluguel desta casa. Esta renda fictícia é então tratada como uma espécie de receita de vendas para o proprietário. As despesas do dono da casa com manutenção, reparos, utilitários e similares são tratadas como custos a serem deduzidos da receita de vendas fictícia. O resultado é uma suposta renda líquida ou lucro. Todos esses “lucros” são então adicionados aos lucros auferidos por empresas comerciais e acentuam a suposta disparidade crescente entre lucros e salários.

Piketty poderia facilmente ampliar a participação nos lucros da renda nacional ainda mais, aplicando o mesmo procedimento a todos os bens de consumo duráveis para os quais existem mercados de aluguel, mais notavelmente, automóveis, móveis, eletrodomésticos, e até mesmo roupas. Então haveria ainda mais lucros em relação aos salários, e

um suposto problema ainda pior em relação à grandeza da relação capital/renda.

Deve-se admitir que os dados dos lucros de Piketty também são falhos pela inclusão de pagamentos imputados de juros. Esta inclusão é uma prática padrão na contabilidade contemporânea da renda nacional. Nesta ficção, os depositantes dos bancos são acusados de receber como receitas de juros não apenas os juros que de fato recebem, mas todo o montante dos juros recebido pelos bancos em seus empréstimos, antes de quaisquer deduções de custos dos bancos. Isso, é claro, infla ainda mais a quantidade de lucro que se pensa existir no sistema econômico.

Não sei dizer quais outros erros podem existir nos dados de Piketty. Mas em qualquer caso, os dados não são o que conta aqui. Experimentos controlados são impossíveis em economia. Os economistas não têm diferentes planetas ou diferentes países que possam tornar idênticos em todos os aspectos exceto um, e, em seguida, observar quais diferenças se seguem. Como resultado, todos os dados que existem são reflexo de uma miríade de causas cujos efeitos não podem ser experimentalmente isolados.

Felizmente, experimentos de laboratório não são apenas impossíveis na economia, mas também são desnecessários. É possível auferir conhecimento econômico por meio da aplicação das leis da aritmética e o raciocínio dedutivo aplicado ao conhecimento axiomático, como o fato de que as pessoas preferem mais bens a menos bens e, conseqüentemente, preços mais baixos a preços mais elevados, e rendimentos mais elevados a rendimentos mais baixos.

XIV - O LUCRO COMO A FORMA ORIGINAL E PRIMÁRIA DA RENDA DO TRABALHO

É preciso levar adiante a demonstração do início deste ensaio, de que quando os capitalistas reduzem suas despesas com bens de consumo e usam a poupança resultante para

aumentar suas despesas com bens de capital e trabalho, a quantidade de salários no sistema econômico sobe, e a quantidade de lucro cai¹⁸. Ataca as bases mais profundas da mentalidade anti-capitalista que Piketty representa. Ou seja, a crença de que os lucros são uma dedução do que seriam originalmente, e, naturalmente, e legitimamente, salários, e são imerecidos. Isto implica que nada menos do que o oposto é verdadeiro, que os lucros são a forma original e primária do rendimento do trabalho e são totalmente merecidos.

A conexão entre a demonstração e esta conclusão é uma inversão do exemplo que usei. Assim, em vez de supor que os capitalistas reduzem suas despesas com bens de consumo e aumentam as suas despesas com bens de capital e trabalho em 100, suponha que façam exatamente o oposto. Diminuem suas despesas com bens de capital e trabalho em 100 e usam os fundos para aumentar suas despesas com bens de consumo em 100. Neste caso, o total dos pagamentos de salários no sistema econômico cairia, e os lucros subiriam em 100. O aumento nos lucros ocorre porque, cedo ou tarde, os custos agregados de produção caem em 100, refletindo a queda de 100 unidades monetárias nos gastos com bens de capital e trabalho, enquanto as receitas de vendas agregadas no sistema econômico permanecem as mesmas. As receitas agregadas de vendas permanecem iguais na medida em que o aumento das despesas dos capitalistas com bens de consumo compensa tanto a queda nos gastos com bens de capital quanto a queda nos gastos dos assalariados com bens de consumo resultante da redução dos salários.

Imagine que a queda nos gastos com mão de obra e bens de capital e o aumento dos gastos dos capitalistas com bens de consumo aumentem tanto que não haja mais nenhum gasto com trabalho ou bens de capital,

¹⁸ Ao contrário do que afirma Piketty, o capitalismo progressivamente aumenta os salários reais e a parcela dos salários na renda nacional enquanto reduz a participação dos lucros.

mas apenas gastos com bens de consumo. Os capitalistas não seriam mais capitalistas, mas ainda seriam vendedores de produtos e ainda teriam receitas de vendas. É claro que os bens produzidos seriam extremamente primitivos. A ausência de gastos com bens de capital e trabalho significaria uma ausência virtual de divisão do trabalho na produção de um bem, pois este teria de ser produzido tanto sem o auxílio de trabalho contratado quanto sem o auxílio de produtos previamente fabricados e comprados de outras pessoas.

Seja como for, em uma situação onde haja receitas de vendas e nenhum gasto com o propósito de obtê-las, não haverá nenhum custo monetário para a produção e, assim, toda a receita de vendas será lucro. Ao mesmo tempo, sem nenhum gasto com bens de capital e trabalho, o valor monetário do capital investido cairá para zero. A taxa de lucro, então, será infinita, uma vez que uma quantidade positiva de lucros - lucros equivalentes a receitas de vendas - será dividida por um volume de capital nulo.

No entanto, por mais bizarra que tal situação possa parecer, não deixa de ser o ponto de partida para dois dos escritores mais famosos do mundo sobre o tema da economia: Adam Smith e Karl Marx. Smith descreve a situação às vezes como “*o estado primitivo e rude da sociedade*” e, às vezes, como “*o estado original das coisas*”¹⁹. Marx o descreve como “*circulação simples*”, ou seja, a venda de mercadorias M, pelo dinheiro D, seguido pelo uso do dinheiro recebido para a compra de outras mercadorias M. Sua fórmula de circulação simples é $M-D-M'$ ²⁰.

A diferença entre sua descrição e a minha é que acreditam erroneamente que a renda que está presente quando há receitas de vendas e custo monetário de produção igual a zero é de alguma forma um salário, em vez de lucros. Acreditam se tratar de salários porque os operários que produzem o que quer que

possa ser produzido em tais circunstâncias realizam trabalho, e os rendimentos do trabalho devem ser automaticamente, e sem dúvida, os salários. A verdade, claramente, é que a renda dos trabalhadores nesta situação não é o salário, mas o *lucro!* São receitas de vendas das quais os custos nulos são deduzidos. Assim, os lucros, e não os salários, são a forma original da renda do trabalho.

Tendo erroneamente suposto que a renda dos trabalhadores era o salário, Smith e Marx acabam por concluir que o lucro passa a existir somente depois, quando entram em cena os capitalistas e seu capital, que é, então, uma dedução do que eram originalmente, e naturalmente, e legitimamente os salários. A verdade, obviamente, é que os capitalistas, longe de deduzir seus lucros de salários, são responsáveis pela existência destes e dos gastos com bens de capital, que, em seguida, aparecem como custos de produção deduzidos das receitas de vendas e reduzem os lucros de forma equivalente. Os lucros não são uma dedução de nada. Os salários e outros custos são uma dedução das receitas de vendas, que, na sua forma original, eram inteiramente lucro.

Ironicamente, a verdade da questão pode ser expressa em termos da fórmula de Marx para a “circulação capitalista”. Aqui, a produção começa com um desembolso de dinheiro D, que é usado na compra de bens de capital e trabalho com a finalidade de produzir mercadorias M, que são destinadas a ser vendidas por uma quantia maior de dinheiro D'. Isso está expresso na fórmula de Marx para a circulação capitalista, que é $D-M-D'$.

Esta fórmula pode ser usada para expressar o que chamei de “o grau econômico do capitalismo”, ou seja, a proporção de D para D'²¹. O estado primitivo e rude de Smith e a circulação simples de Marx representam um marco econômico zero do capitalismo, ou seja, $D = 0 / D'$. Quanto mais economicamente capitalista for o sistema econômico, maior é a proporção de D para D'.

¹⁹ SMITH. *A Riqueza das Nações*. Livro 1, cap. VIII.

²⁰ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro primeiro, segunda parte, capítulo 4.

²¹ REISMAN. *Capitalism: A Treatise on Economics*, p. 479, *passim*.

O exemplo que usei contra Piketty essencialmente apenas mostrava os efeitos de um grau econômico de capitalismo mais elevado sobre a relação entre salários e lucros. Um aumento em D reflete em parte um aumento no pagamento de salários por parte das empresas e, em parte, um aumento das despesas com bens de capital. Haja vista que D' , representando as receitas totais das vendas, continua estático em quantidade, o aumento de D resulta em uma queda equivalente nos lucros do sistema econômico assim que os custos de aumento de produção sobem e se igualam ao nível agora mais elevado de D . Dentro de D' , a parcela constituída por gastos com bens de consumo é reduzida, enquanto a parte constituída por despesas com bens de capital aumenta. Dentro da porção que consiste em despesas relativas a bens de consumo, a parte proveniente de pagamentos de salários aumenta, enquanto a parte proveniente dos capitalistas cai. O total geral das receitas de vendas permanece, assim, inalterado.

O grau econômico mais elevado do capitalismo opera em favor dos assalariados de duas maneiras. Aumenta a participação dos salários na renda nacional e, principalmente, de acordo com os princípios da acumulação de capital e do progresso econômico explicados anteriormente, se for alto o suficiente, pode definir o cenário para um aumento contínuo da produtividade do trabalho, que opera continuamente para aumentar a oferta de bens em relação à oferta de trabalho e, assim, reduzir os preços relativos aos salários, elevando progressivamente os salários reais.

Mostrei que, nas condições postuladas por Smith e Marx como ponto de partida, os lucros são um resultado atribuído ao desempenho do trabalho, e, de fato, o único resultado atribuído a ele nessas condições, porque sem a existência dos capitalistas, não há salários pagos na produção, sendo os salários o dinheiro pago em troca do desempenho do trabalho, e não pelos produtos do trabalho.

Agora a pergunta é, são os lucros auferidos pelos capitalistas – pelos vendedores de produtos nas condições de “circulação capita-

lista” – uma renda atribuível ao desempenho do seu trabalho? Podem os lucros de grandes empresários, como Ford, e Rockefeller, e Gates, e Jobs, ser entendidos como se fossem merecidos, com base no *seu* desempenho do ofício, apesar do fato de seu desempenho de trabalho manual ser mínimo, limitado a tarefas como anotar pensamentos, ditar memorandos e ler relatórios.

Notavelmente, a essência da resposta é dada por ninguém menos que Adam Smith, cerca de 200 páginas depois de ter apresentado sua crença equivocada em que a renda dos trabalhadores que fabricam os produtos no “estado primitivo e rude da sociedade” seja o salário. Aqui, diz ao leitor,

É o capital investido em função do lucro que movimenta a maior parte do trabalho útil de cada sociedade. Os planos e projetos dos investidores de capital regulam e dirigem todas as operações mais importantes do trabalho, sendo que o lucro constitui o objetivo proposto e visado por todos esses planos e projetos²².

Smith citou o fato essencial de que são os planos e projetos dos capitalistas, motivados pelo lucro, que impulsionam o sistema econômico e regulam e direcionam a forma como seu trabalho é usado. O exercício dessa função qualifica os capitalistas como trabalhadores e produtores. Fornecem sua inteligência orientadora e diretora aos meios necessários para atingir a meta de produzir um bem. Isto é essencialmente o que cada trabalhador faz, embora a maioria dos trabalhadores o faça em uma escala muito menor.

Um trabalhador manual usa os braços para fabricar seu produto. O que faz dele um produtor não é o fato de usar seus braços, mas que sua *mente* direciona o uso de seus braços para alcançar o objetivo de criar o produto. Sua mente fornece sua *inteligência orientadora e diretora* para os braços e para quaisquer ferramentas, implementos ou máquinas que possa usar na produção de seu bem.

²² SMITH. *A Riqueza das Nações*. Livro 1, capítulo XI, p. 272 e 273.

Já um capitalista supre objetivos e fornece sua inteligência orientadora e diretora não apenas para seus próprios braços e quaisquer ferramentas ou implementos possa usar pessoalmente, mas para *uma organização de homens*, cujos meios de produção materiais proveu. *Um capitalista é um produtor por meio da organização que controla e dirige*. O que é produzido por intermédio dele é seu produto.

Claro, não fabrica seu produto sozinho. Seus planos e projetos podem exigir o trabalho de centenas, milhares, e até mesmo dezenas de milhares de outros trabalhadores, a fim de ser realizados. Estes trabalhadores são apropriadamente chamados de “auxílio” – à produção de seus produtos. Assim, os produtos da Standard Oil são principalmente os produtos de Rockefeller, e não dos trabalhadores do campo de petróleo e da refinaria, que são seus auxiliares. É Rockefeller que reúne estes trabalhadores e fornece seus equipamentos, e ao determinar o tipo de equipamento, diz-lhes o que produzir e com que meios produzi-lo.

Apresso-me a salientar que o padrão de atribuição que acabo de utilizar é o padrão usualmente empregado, pelo menos em campos fora da atividade econômica. Assim, os livros de história nos dizem que Colombo descobriu a América e que Napoleão ganhou a batalha de Austerlitz. Qual é o critério pelo qual tais resultados são atribuídos a um só homem? É pelo fato de que um homem forneceu o objetivo e a inteligência orientadora e diretora do nível mais alto na consecução deste objetivo.

XIV.1 - Os lucros como renda do trabalho não contrariados por sua variação com o tamanho do capital investido

Agora, também quero salientar que tudo que eu disse é perfeitamente consistente com o fato bem conhecido de que, no mundo dos negócios, o montante de lucro que uma empresa ganha tende a variar de acordo com o tamanho do seu capital. É claro que sim. Um empresário que possua uma loja ou fábrica ganhará uma certa quantidade de lucro. Se

possuir dez destas lojas ou fábricas, não deve ser surpreendente que ganhe dez vezes o lucro. Seu trabalho é de natureza intelectual e, portanto, pode ser aplicado tão mais amplamente quanto maior for o capital que possui. Ignorando este fato, Adam Smith presumiu que, para que os lucros fossem imputáveis ao trabalho de um capitalista, teriam de ser proporcionais a este trabalho, e uma vez que s eram mais propensos a ser proporcionais a seu capital, isto impediria que fossem atribuíveis ao seu trabalho²³.

Smith estava claramente enganado quando chegou a esta conclusão. Os resultados devem ser sempre atribuídos ao trabalho, pois é ele que fornece a inteligência orientadora e diretora aos meios utilizados para alcançá-los. É com base nisto que dizemos que um trabalhador que use uma escavadeira a vapor cava um buraco igual ao de um trabalhador que use uma pá convencional. Aqui, o resultado varia drasticamente com os meios utilizados, mas ainda assim é sempre atribuível ao trabalho, porque o trabalho é o que fornece a inteligência orientadora e diretora necessária. Da mesma forma, é o trabalho de empresários e capitalistas que fornece a inteligência orientadora e diretora a organizações de homens que, no âmbito de uma organização, fornecem mais inteligência orientadora e diretora. A posse de um capital maior permite a um empresário empregar e equipar uma organização maior e mais potente para realizar seus planos e projetos. Ainda assim, estes planos e projetos, e seus resultados, são dele. A contribuição de todos os outros tem lugar no quadro que abastece e supervisiona²⁴.

²³ Os últimos quatro parágrafos aparecem no blog do autor em 24 de fevereiro de 2013, sob o título “Overthrowing Smith and Marx: Profits, Not Wages, as the Original and Primary Form of Labor Income” [Derrubando Smith e Marx: Os lucros, e não os salários, como a forma original e primária de remuneração do trabalho]: as observações de Reisman na conferência de seu doutorado honorário pela Universidad Francisco Marroquin, em 9 de julho de 2013.

²⁴ Para maiores elaborações sobre este ponto, ver REISMAN. *Capitalism: A Treatise on Economics*. p. 480-483.

XV - A DESIGUALDADE ECONÔMICA E A HISTÓRIA DO MUNDO EM DUAS CENAS

A controvérsia sobre a desigualdade econômica e grande parte da história mundial pode ser captada vislumbrando duas cenas muito diferentes. Na Cena Um, todos são iguais. Todo o mundo vive em uma cabana de lama ou equivalente, sem eletricidade ou água corrente. Fome e desnutrição, doença e morte são galopantes. A fome e a peste são sempre ameaças presentes. Mas a “justiça” social, prevalece, porque todo o mundo é igual.

Na Cena Dois, praticamente todos, mesmo aqueles muito pobres, vivem em uma casa moderna ou apartamento, com energia elétrica, água encanada, geladeira, fogão, aquecimento e ar condicionado. Possuem um aparelho de televisão, um telefone celular, um computador, e até mesmo um automóvel. A obesidade, e não a fome, é o problema. Mas algumas pessoas são muito mais ricas do que outras. Sua grande riqueza é investida em meios de produção que abastecem a todas as pessoas com todos estes bens e muito mais, e serve como fonte de salários e remunerações; e, é claro, eles próprios desfrutam pessoalmente mais e melhor de todos estes bens do que a pessoa média.

Mas a Cena Dois é incompatível com a “justiça social”. Supostamente representa injustiça, porque viola algum tipo de suposto direito divino a que todos sejam iguais. A existência de desigualdade econômica é considerada imoral porque é profundamente ofensiva para muitas pessoas, especialmente intelectuais profissionais que superestimam grosseiramente suas próprias capacidades e habilidades intelectuais. Ergue o espelho da realidade e obriga estas pessoas a vislumbrarem o fato de que muitos daqueles que consideram ser inferiores intelectualmente estão na verdade melhores do que elas próprias. Este é um fato que não suportam reconhecer e que se sentem compelidos a destruir. Assim, em nome da “justiça social”, vilipen-

diam, roubam e assassinam os capitalistas ricos que odeiam, cujo único crime ao trazer a prosperidade de todos fora revelar sua enorme superestimação de si mesmos.

SUMÁRIO

Piketty procura deliberadamente impedir a acumulação de capital, por meio de alíquotas de imposto de renda da grandeza de 80%. Procura destruir o capital que já foi acumulado, tributando-o à elevada taxa de 10% ao ano. Se decretadas, suas propostas constituiriam um importante incremento às forças destrutivas que já agem em nosso país e são responsáveis por nosso atual estado de estagnação e declínio. Empurrariam o sistema econômico para um declínio muito mais dramático. A batalha em torno da desigualdade econômica seria deslocada de reclamações pelos outros possuírem mais casas e carros para reclamações por possuírem mais batatas ou arroz.

Piketty incita estas políticas destrutivas, pelo menos em parte, por ser extremamente ignorante sobre teoria econômica. A figura de liderança entre suas fontes intelectuais é Karl Marx, aparentemente seguido por Robert Solow. Ludwig von Mises (1881-1973) e Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914) estão ausentes, e, quando se trata de capitais, também o é David Ricardo (1772-1823). Como resultado, Piketty não compreende o papel do capital na produção e mostra um entendimento inadequado e confuso da teoria do lucro e da teoria da poupança e do investimento.

Os Estados Unidos e o mundo, sobre todos os assalariados, carecem da abolição dos impostos e regulamentos que se colocam no caminho da acumulação de capital e do aumento da produção. A acumulação de capital e uma produção maior, e não o igualitarismo e suas teorias e programas absurdos, são a base do aumento do nível de vida em geral, e o aumento dos salários reais em particular.

Se for acatado, o programa exortado por Piketty terá consequências tão devastadoras quanto é raso seu conhecimento de uma teoria econômica sonante. O sucesso popular de seu livro é uma medida da ignorância econômica de nosso tempo. Os endossos dispensados a ele devem ser tomados como prova da ignorância econômica de quem os proferiu. ∞